

O caráter desterritorializante do trabalho imaterial nos espaços urbanos na transição para o capitalismo cognitivo

Marcus Lotfi¹

Introdução

Um dos fenômenos mais pontuados por autores contemporâneos como Cocco (2012), Virno (2013), Hardt e Negri (2004), Boutang (2007), Negri e Lazzarato (2001), é a transição do capitalismo industrial para o capitalismo cognitivo, constituindo um novo modelo de trabalho imaterial e afetivo.

Como todo fenômeno científico da área de humanidades, o capitalismo cognitivo produz seus impactos na sociedade, nos sujeitos e nas diversas formas de interação social. Esta nova forma de produção de riquezas cria conexões entre elementos heterogêneos da sociedade e gera novos fenômenos a partir dos agenciamentos².

Este artigo busca entender a desterritorialização dos grandes centros urbanos como uma consequência produzida pelo trabalho imaterial, que surge da transição do capitalismo industrial para o cognitivo.

A partir de um referencial teórico sólido para os conceitos abordados, a ideia deste trabalho é identificar os pontos de contato entre estes fenômenos e se, de fato, à luz dos autores, uma ocorrência pode atuar como agente na produção da outra (trabalho imaterial e desterritorialização/territorialização nos territórios da cidade).

Trabalho imaterial e desconcentração geográfica da produção

O capitalismo contemporâneo assume um caráter de transição do ambiente industrial, onde os espaços de produção são facilmente detectáveis, o trabalho e a riqueza são claramente mensuráveis para um capitalismo cognitivo – isto é – de cujas bases se fundamentam na subjetividade e a produção se mistura ao consumo. Este capitalismo que comercializa no abstrato torna também turvas as relações de trabalho e

¹ Mestrando em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ. Pesquisa a relação entre mídias, territorialidades e a dimensão subjetiva dos espaços a partir da rede.

² Conceito deleuzeano (DELEUZE e GUATTARI, 1992) que define a junção de elementos heterogêneos compondo uma coisa nova.

produção de riquezas, de modo que uma das suas principais características é a intangibilidade de tudo aquilo que advém dele.

São vários os autores que compartilham da mesma percepção acerca das novas práticas do capital, criação e transferência de valor. Dois deles, Negri e Lazzarato (2001), no livro “Trabalho Imaterial, Formas de Vida e Produção de Subjetividade” no qual elucidam vários pontos-chave para que se chegue a um entendimento mais claro do funcionamento do capitalismo cognitivo.

De acordo com os autores, a imaterialidade do trabalho no capitalismo cognitivo dá a ele certa independência no sentido de que ele depende menos dos meios de produção para ser executado. Ainda segundo os pesquisadores, há uma dimensão viva no trabalho imaterial, que inspira a cooperação e a socialização. Em outras palavras, como o trabalho imaterial está fundamentado nas subjetividades, mais precisamente, nos sujeitos, então, esta dinâmica de produção de riquezas guarda em si peculiaridades subjetivas, cooperativas e sociais. Negri e Lazzarato (2001) estabelecem que o ciclo do trabalho imaterial é constituído previamente por uma força de trabalho que é *social e autônoma* e, portanto, capaz de se organizar, criar e manter os vínculos com a empresa. Há uma capacidade produtiva, mas há, antes dela, uma capacidade produtiva social (p.26, 27).

A subordinação destes espaços de autonomia e organização do trabalho imaterial às grandes indústrias (“processo de recentralização”) no curso da fase de reestruturação sucessiva (emergência do modo de produção pós fordista) não muda, mas reconhece e valoriza a nova qualidade do trabalho. O trabalho imaterial tende a tornar-se hegemônico, de forma totalmente explícita (NEGRI E LAZZARATO, 2001, p.27).

Para evidenciar a lógica de operação do trabalho imaterial, Hardt e Negri (2004) mostram que determinadas características do trabalho imaterial têm um enorme potencial de transformação social positivo. Especificamente, os autores mostram quatro níveis de transformação indicativos do caráter central do trabalho vivo. Estas quatro linhas são capazes de ilustrar com clareza a dinâmica do capitalismo em plena transição para o capitalismo cognitivo baseado na produção de subjetividades.

Primeiro, o trabalho imaterial tende a sair de um espaço limitado estritamente econômico e se engaja na produção e reprodução da sociedade como um todo. A produção de conhecimentos e afetos, por exemplo, não apenas cria meios pelos quais a sociedade é formada e mantida; [...] O trabalho imaterial é orientado para a criação de formas de vida social. Este trabalho, então, tende a não ser mais limitado ao econômico, mas também se torna imediatamente uma força social. [...] O segundo princípio apresentará uma correspondência entre formas mutáveis de resistência e as transformações da economia e produção social: em cada época, o modelo de resistência que se mostra mais eficaz acaba tendo a mesma forma que os modelos dominantes de produção econômica e social. [...] O terceiro princípio que surgirá refere-se simplesmente à democracia e à liberdade: cada nova forma de resistência visa abordar as qualidades não democráticas de formas anteriores, criando uma cadeia de movimentos cada vez mais democráticos. Esta genealogia das guerras de libertação e movimentos de resistência, finalmente, nos leva à forma mais adequada de organização para resistência e lutas pela libertação na situação material e política contemporâneas. (O quarto princípio trata-se da) [...] atual recomposição global de classes sociais, a hegemonia do trabalho imaterial e as formas de tomada de decisão baseadas nas estruturas de rede, que mudam radicalmente as condições de qualquer processo revolucionário. (HARDT e NEGRI, 2004, p.66-69).

Então, como o trabalho imaterial é feito em rede e no âmbito das subjetividades, ele não é independente (parcialmente) apenas dos meios de produção, mas por consequência, também conquista sensível liberdade geográfica, uma vez que o desenlace entre o trabalho e o local onde se situam os meios de produção tende a desobrigar o trabalhador de desempenhar tarefas fisicamente presente num determinado ponto da cidade. Segundo Negri e Lazzarato (2001), a produtividade do trabalho surge sem depender do fornecimento dos meios de produção por parte do capital, porque os meios de produção são a própria rede. O trabalho imaterial pode ser desempenhado em determinado local geográfico imposto previamente, porém, já não é necessário, uma vez que é na rede que os valores serão gerados e trocados, sem deslocamento físico.

As características que hoje melhor identificam o caráter específico da função da empresa parecem ser a participação social, a fluidez das redes, a permanência dos circuitos. A localização da produção não tem senão uma

importância parcial; a inserção nos circuitos terciários da finança e dos serviços é, ao contrário, decisiva; a inserção nas redes de comunicação e de alta tecnologia é, enfim, necessária. [...] Se não se vê mais a fábrica, não é porque desapareceu, mas porque se socializou, e neste sentido tornou-se imaterial; de uma imaterialidade que continua assim mesmo a produzir relações sociais, valores, lucros (NEGRI e LAZZARATO, 2001, p.59,60).

Assim, na justa medida em que a natureza do trabalho se desloca do campo material para o imaterial, a dependência geográfica deste mesmo trabalho se dissipa. Desta maneira, é possível pensar que o trabalho imaterial realiza uma desconcentração geográfica da produção de riquezas, uma vez que o trabalho está sendo realizado em diversos pontos da cidade, país, ou mesmo do mundo. Vale reforçar que não se pretende neste artigo supor que esta imaterialidade seja total e completa. Ao contrário, Negri e Lazzarato (2001) evidenciam que ela se trata de um movimento do capitalismo, um processo que, embora seja irreversível, ainda está em curso.

Vinte anos de reestruturação das grandes fábricas levaram a um estranho paradoxo. Com efeito, é contemporaneamente sobre a derrota do operário fordista e sobre o reconhecimento da centralidade de um trabalho vivo sempre mais intelectualizado, que se constituíram as variantes do modelo pós-fordista. [...] Qualidade e quantidade do trabalho são reorganizadas em torno de sua imaterialidade. Embora a transformação do trabalho operário em trabalho de controle, de gestão da informação, de capacidades de decisão que pedem o investimento da subjetividade, toque os operários de maneira diferente, segundo suas funções na hierarquia da fábrica, ela apresenta-se atualmente como um *processo* irreversível (NEGRI e LAZZARATO, 2001, p.25).

Desta forma, mesmo que o capital, ao final do processo de produção, se acumule num determinado ponto da cidade, os atos produtivos que vão gerá-lo estão seguindo um viés de descentralização. O que se pretende neste artigo é justamente entender os efeitos desta desconcentração da atividade produtiva do capital no espaço geográfico urbano.

Trabalho imaterial como agente de territorialização e desterritorialização no espaço urbano

O processo de desconcentração geográfica da produção capitalista, que é provocada pelo capitalismo cognitivo pela via do trabalho imaterial, supõe um movimento de abandono dos grandes centros urbanos onde estão presentes os meios de produção em direção aos mais variados pontos da cidade. A este fenômeno, está diretamente relacionado um conceito central presente ao longo de toda a obra do qual se utilizaram Gilles Deleuze e Félix Guattari, que é o de *territorialização e desterritorialização*³. A descentralização espacial da produção de riquezas implica na desterritorialização dos grandes centros urbanos como territórios produtivos, bem como na reterritorialização de diversas localidades da cidade como territórios geradores de renda.

Ainda segundo os autores, podemos relacionar a desterritorialização e territorialização provocados pelo trabalho imaterial como parte de um processo desterritorializante contínuo pelo qual passa a terra na constituição e destituição dos territórios⁴.

Vimos, todavia, que a terra não cessa de operar um movimento de desterritorialização *in loco*, pelo qual ultrapassa todo território: ela é desterritorializante e desterritorializada. Ela se confunde com o movimento daqueles que deixam em massa seu território, lagostas que se põem a andar em fila no fundo da água, peregrinos ou cavaleiros que cavalgam numa linha de fuga celeste. A terra não é um elemento entre os outros, ela reúne todos os elementos num mesmo abraço, mas se serve de um ou de outro para desterritorializar o território. Os movimentos de desterritorialização não são separáveis dos territórios que se abrem sobre um alhures, e os processos de reterritorialização não são separáveis da terra que restitui territórios. São dois componentes, o território e a terra, com duas zonas de indiscernibilidade, a desterritorialização (do território à terra) e a reterritorialização (da terra ao

3 Conceito usado por Gilles Deleuze e Félix Guattari que significa respectivamente fundar um território e abandonar um território. Está presente em diversos livros, embora, neste artigo, esteja sendo usado “O Que É a Filosofia?” (1992)

4 Terra e território. Deleuze e Guattari usam estas palavras para definir o espaço no qual se opera a territorialização e desterritorialização, formando ou extinguindo territórios. A terra onde se assentava o gado num pasto pode receber uma enorme construção. A mesma terra abriga territórios completamente diversos.

território). Não se pode dizer qual é primeiro (DELEUZE e GUATTARI, 1992, p.113).

Desta maneira, os autores mostram que a desterritorialização é constante e ocorre por inúmeros motivos, e seguindo esta linha de raciocínio, o trabalho imaterial pode ser visto como um agente de desterritorialização dos grandes centros urbanos e de territorialização de outros pontos da cidade.

Assim, a desterritorialização contribui para a dissolução de noções como “centro-periferia”, “centro da cidade”, “áreas nobres” e “subúrbio”, uma vez que a carga de significado que dá a relevância necessária para a construção e uso destas noções foi retirada. Com a desterritorialização, não há mais centro e não há mais periferia. Não há mais áreas “próximas ao centro”, portanto, “nobres”, nem, por conseguinte, periferias, dito no sentido de “áreas pobres”.

O trabalho imaterial dá às periferias uma outra camada de significado, a partir do momento que a economia está em transição para uma nova dinâmica que está cada vez mais desprendida dos grandes centros urbanos e cada vez mais dispersa na geografia. O capital, portanto, está sendo produzido de maneira gradativamente heterogênea, fragmentada, desmontando a ideia de “centro-periferia” e tudo que advém dela.

Há toda uma sorte de subjetividades que se alimentam da força destas noções de “centro-periferia” que perderão força a partir do avanço desterritorializante do trabalho imaterial. O ato de abandonar um espaço e fundar outro causa efeitos na própria produção de sentido a respeito destes espaços e dos que habitam e interagem neles.

Com o tempo, o progresso desterritorializante do trabalho imaterial implicará em novas definições do espaço que já não serão motivadas pela concentração do trabalho e dos meios de produção, mas por concentrações de outras ordens, porque os significados dos territórios ganham força na medida em que os sujeitos se concentram neles.

A experiência dos indivíduos na cidade é diretamente relacionada com o significado dos territórios da cidade para esses indivíduos. A interação social é um trabalho subjetivo, de modo que a territorialização e desterritorialização são processos-chave na construção de sentido, interferindo diretamente na dinâmica social urbana.

Os espaços ganham novos sentidos a partir do momento em que a produção de riqueza se desconcentra. Com a distribuição da produção, vem uma distribuição de significado, de relevância, de importância. Esses novos sentidos implicam numa nova

concepção da cidade por parte da sociedade, conseqüentemente, numa nova relação dos indivíduos com o espaço urbano.

A transição do capitalismo industrial para o cognitivo, portanto, será capaz de redefinir a experiência social urbana a partir da desterritorialização dos centros e da territorialização das periferias, feitas pela via do trabalho imaterial. Ainda sobre os processos de desterritorialização relativos ao capital e as subjetividades advindas deles, Deleuze e Guattari afirmam:

No capitalismo, o capital ou a propriedade se desterritorializam, cessam de ser fundiários e se reterritorializam sobre meios de produção, ao passo que o trabalho, por sua vez, se torna trabalho “abstrato” reterritorializado no salário: é por isso que Marx não fala somente do capital, do trabalho, mas sente a necessidade de traçar verdadeiros tipos psicossociais, antipáticos ou simpáticos, o capitalista, o proletário. (DELEUZE e GUATTARI, 1992, p.90).

Portanto, o fenômeno do trabalho imaterial desterritorializante mostra a maneira como o capitalismo incide diretamente sobre as relações sociais, redefinindo conceitos e produzindo subjetividades. Quando se abandona um território, também são enfraquecidas ideias de mundo. Da mesma maneira, outras ideias ganham força quando se constitui um território.

Considerações provisórias

Toda a experiência social urbana tende a uma redefinição na medida em que o trabalho se imaterializa e a produção capitalista se alicerça no campo das subjetividades. O capitalismo industrial, que vinculava a produção aos meios, e estes, vinculados a um espaço geográfico, exigia que o trabalho se ancorasse no espaço físico por força de necessidade.

A imaterialidade do trabalho desterritorializa os grandes centros urbanos motivando a criação de vários novos territórios de cujas bases de constituição as mais diversas. As redes sociais têm o poder de conectar diretamente todos os indivíduos, independente do ponto em que estão localizados na cidade.

Com o avanço do trabalho desterritorializante do capitalismo cognitivo, virão outras definições para os espaços urbanos motivadas por outras concentrações subjetivas, isto porque o conjunto de interações da sociedade com os espaços também sofrerá mudanças.

O capitalismo cognitivo é mais do que uma dinâmica de produção e troca de valores, mas um movimento de uma sociedade em rede cujos membros são sujeitos carregados de ideias e significados, fundadores de territórios que carregam relevância temporária até o momento em que se desterritorializam, num processo contínuo.

O trabalho imaterial é um fenômeno do capitalismo cognitivo capaz de figurar como agente de territorialização e desterritorialização dos espaços urbanos na medida em que transita da materialidade para a imaterialidade, do objetivo para o subjetivo, da coisa para a ideia.

Referências bibliográficas

BOUTANG, Yann. Moulier. **Le capitalisme cognitif**. Paris: Éditions Amsterdam, 2007.

COCCO, Giuseppe. **Trabalho e cidadania: produção de direitos na crise do capitalismo global**. – 3.ed – São Paulo: Cortez, 2012.

GUATTARI, Felix; DELEUZE, Gilles. O que é a filosofia. **Rio de Janeiro: Editora**, v. 34, 1992.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão: Guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

NEGRI, A ; LAZZARATO, M. **Trabalho imaterial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VIRNO, P. **A gramática da multidão: para uma análise das formas de vida contemporâneas**. São Paulo: Annablume, 2013.